



## FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 16/2019 (de 08/08/2019 a 23/9/2019)

**NOME/RAZÃO SOCIAL: SIMEPETRO – SINDICATO INTERESTADUAL DAS INDS MIST ENV PR.DER.DE PETROLEO**

( ) agente econômico  
( ) consumidor ou usuário

( x ) representante órgão de classe ou associação  
( ) representante de instituição governamental  
( ) representante de órgãos de defesa do consumidor

Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os parâmetros referentes à instrução e ao julgamento dos processos administrativos sancionadores no âmbito da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

| ARTIGO DA MINUTA | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO   | JUSTIFICATIVA  |
|------------------|---|--|
| Artigo 9º        | IV – Análise dos pedidos de produção probatória formulados no âmbito da defesa, contendo, obrigatoriamente, os fundamentos de deferimento ou indeferimento de cada modalidade de prova pleiteada.                                       | Atualmente, a decisão de saneamento proferida nos processos administrativos da ANP não apresenta previsão relacionada ao pedido de produção de provas formulado pela empresa autuada. Em caso de indeferimento do pedido, tal previsão consta tão somente na decisão administrativa de primeira instância. Tal modus operandi viola o artigo 93, IX, da Constituição Federal e o artigo 10 do Código de Processo Civil, na medida em que o autuado somente poderá impugnar o indeferimento do pedido através de recurso (já destinado a instância superior). |
| Artigo 10º       | Em caso de indeferimento dos pedidos de produção probatória, o autuado, no âmbito do despacho de instrução, será intimado para apresentação de alegações finais, no prazo de cinco dias corridos, contados do recebimento da intimação. | Somente se revela razoável a intimação do autuado para apresentação de alegações finais na hipótese de indeferimento do pedido de produção probatória.   |
| Artigo 11º       | Em caso de deferimento do pedido de produção probatória, o despacho de instrução especificará data, hora e local de realização da diligência, sendo que o autuado deverá ser intimado com antecedência mínima de cinco dias corridos.   | Deferida a produção probatória, o que deverá constar no despacho de instrução, o autuado deverá ser cientificado acerca dos detalhes (data, hora e local) de realização da diligência.   |

|  |  |  |
|--|--|--|
| <b>Artigo 11º,<br/>parágrafo único</b> | Cumprida a diligência e produzida a(s) prova(s), o autuado será intimado para alegações finais, no prazo de cinco dias corridos, contados do recebimento da intimação.   | Em caso de produção de prova no processo administrativo, somente se revela razoável a intimação do autuado para apresentação de alegações finais após a conclusão da fase de instrução.  |
| <b>Inclusão de<br/>artigo</b>          | <p>No âmbito dos processos administrativos instaurados pela ANP, fica autorizada a análise de amostras contraprova nos seguintes laboratórios:</p> <p>I - No Centro de Pesquisas e Análises Tecnológicas da ANP (CPT);</p> <p>II - Nos laboratórios acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para os ensaios objetos das análises, com exceção dos laboratórios de propriedade de agentes diretamente regulados pela ANP, ou por esses administrados;</p> <p>III - Nos laboratórios com contrato em vigor junto à ANP para execução dos Programas de Monitoramento da Qualidade;</p> <p>IV - Nos laboratórios que atingiram a pontuação técnica mínima exigida no contexto das Concorrências ANP nº 048/2015, 049/2015 e 050/2015, conforme lista disponível no site da ANP.</p> <p>Parágrafo segundo: Em caso de impossibilidade de identificação de laboratórios que atendam aos requisitos previstos nos incisos II a IV, a ANP, através de pedido fundamentado do autuado, em que se demonstre a capacidade de realização do teste, poderá autorizar a produção da prova em laboratório autônomo.</p> | <p>Circunstância muito comum no âmbito dos processos administrativos envolvendo fabricantes de óleos lubrificantes é a impossibilidade de identificação de laboratórios autônomos que atendam aos requisitos trazidas pelas Resoluções da ANP para fins de análise de amostras contraprova. Constatada tal circunstância, a ANP impõe ao autuado que a contraprova seja analisada no CPT.</p> <p>No entendimento do Simepetro, tal obrigação não se revela justa ao razoável, na medida em que constitui direito do autuado produzir a prova em laboratório autônomo e desvinculado à Agência.</p> <p>Diante disso, sugere-se a inclusão de dispositivo que permita, no caso concreto, que a ANP autorize a análise de amostras contraprova em laboratórios autônomos que não preencham tais requisitos, desde que o autuado fundamente e demonstre a capacidade do laboratório em proceder tal exame.</p> |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: [consultaprocessosancionador@anp.gov.br](mailto:consultaprocessosancionador@anp.gov.br) ou, diretamente, em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.